

AMBIENTE

# Madeireiras asiáticas investem na Amazônia

Segundo entidades ambientalistas, empresas com tradição de desrespeito às leis de proteção ambiental estão comprando grandes extensões da floresta com o objetivo de derrubar, processar e exportar a madeira.

LIANA JOHN

Empresas madeireiras da Indonésia, Coréia e Malásia estão comprando grandes extensões de terras na Amazônia para explorar madeira de lei. Após praticamente devastar as florestas tropicais de seus países, essas companhias voltaram-se para as florestas ainda intactas da Amazônia, com intenções de usar sua tecnologia e capital para derrubar, processar e exportar madeira.

A investida ocorre em vários países da Amazônia internacional e coloca em jogo a biodiversidade de muitos milhões de hectares de florestas por ano. A "invasão asiática" começou pelo Suriname e pela Guiana, onde a exploração madeireira depende de concessões governamentais. Nove milhões de hectares (correspondente a duas vezes a área do Estado do Rio) já foram licenciados na Guiana.

Na Venezuela e no Peru, a investida ainda não se confirmou, mas empresários asiáticos lá estiveram, sondando o mercado e pesquisando a legislação. Fora da Bacia Amazônica, as florestas do Panamá, de Honduras e da Nicarágua estariam igualmente na mira das grandes madeireiras.

No Brasil, a estratégia é comprar grandes fazendas, serrarias e fábricas de compensados de empresários à beira da falência. Segundo um relatório do World Resources Institute (WRI), as empresas asiáticas têm um histórico de violação a leis ambientais e trabalhistas e, por isso, preferem atuar em países com dificuldades econômicas, mão-de-obra barata e pouca fiscalização.

**Objetivos** — Na Amazônia brasileira, o objetivo das madeireiras asiáticas seria comprar algo em torno de 9 milhões de hectares. Isso equivale, mais ou menos, à soma de todos os desmatamentos — para pastos e agricultura ou para exploração de minérios e madeira — em toda a

Amazônia Legal, durante um ano.

Eles ainda estão longe do objetivo, mas, conforme denúncias de ambientalistas americanos, só uma empresa chamada WTK, da Malásia, já comprou 1,2 milhão de hectares (correspondente a pouco mais da metade da área do Estado de Sergipe) em Carauari, a sudoeste de Manaus. É uma região onde já se explora madeira de modo seletivo e pouco sustentável.

Dois áreas, um pouco menores, mas significativas, também já teriam sido negociadas, possivelmente pela mesma WTK ou pela Samling, uma das maiores madeireiras da Malásia. A primeira área tem 210 mil hectares e a outra 50 mil hectares.

A WTK teria comprado, ainda, duas fábricas de compensados, em estado falimentar, em Manaus, visando passar de 1,5 mil para 4 mil m<sup>2</sup> a cota que cada uma delas tem direito de processar mensalmente.

A outra empresa interessada na Amazônia brasileira e, sobretudo, no Estado do Amazonas, Samling, tem um pedido de licença para exploração de 3 milhões de hectares de floresta, só na Guiana.

**Fiscalização** — A legislação brasileira não tem restrições à quantidade de hectares que podem ser comprados por uma única empresa estrangeira. E o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) não tem meios legais de negar o licenciamento para exploração de madeira, se a empresa apresentar um plano de manejo de acordo com a legislação.

A questão fica, inteira, dependendo da capacidade de fiscalização. "A única maneira séria de o governo controlar as madeireiras seria criar uma política florestal para a Amazônia: definir áreas geográficas onde a exploração de madeira possa ser feita de forma sustentável, através de um zoneamento", afirmou Gustavo Fonseca, responsável pela Conservation International no Brasil.

## ESTRATÉGIA É COMPRAR FAZENDAS EM DIFICULDADES

## Primeira grande ação ocorreu no Suriname

De acordo com denúncias de diversas entidades ambientalistas, iniciativa foi oficial

A primeira grande investida dos asiáticos contra a floresta amazônica foi no Suriname e provocou uma grita generalizada dos ambientalistas. Segundo um relatório publicado pelo World Resources Institute, WRI (um organismo internacional sediado nos Estados Unidos), e pela Conservation International (uma entidade ambientalista igualmente internacional), a iniciativa foi oficial.

Os autores, Richard Rice e Nigel Sizer, afirmam no relatório que, em 1993, o governo surinamês decidiu abrir ao capital asiático o direito de explorar cerca de um quarto do território nacional. Pressionado pelo desemprego e por uma taxa de inflação superior a 500% ao ano, o governo buscava uma alternativa econômica. O Suriname tem 161.470 quilômetros quadrados, dos quais 80% são florestas virgens, 10% matas parcialmente exploradas e os outros 10% são zona costeira, ocupada pela população.

**Lei** — O governo abriria à exploração dos asiáticos o equivalente a 5 milhões de hectares. Só havia um problema: a lei. No Suriname, desde a promulgação da Lei de Manejo Florestal, de 1992, o capital estrangeiro não pode comprar mais do que 150 mil hectares de terras. O problema foi contornado com a proposta da Musa, da Indonésia, de criar 67 empresas surinamesas, com capital asiático, cada uma com o direito de explorar 150 mil hectares.

Assim foi feito e, atualmente, as propostas de extração de madeira dos asiáticos representam um aumento de 143% no total de licenças em uso por todas as companhias surinamesas juntas. Além da Musa, pleiteiam a concessão de exploração a empresa Suri Atlantic, também da Indonésia, a Berjaya, da Malásia, e duas estatais chinesas.

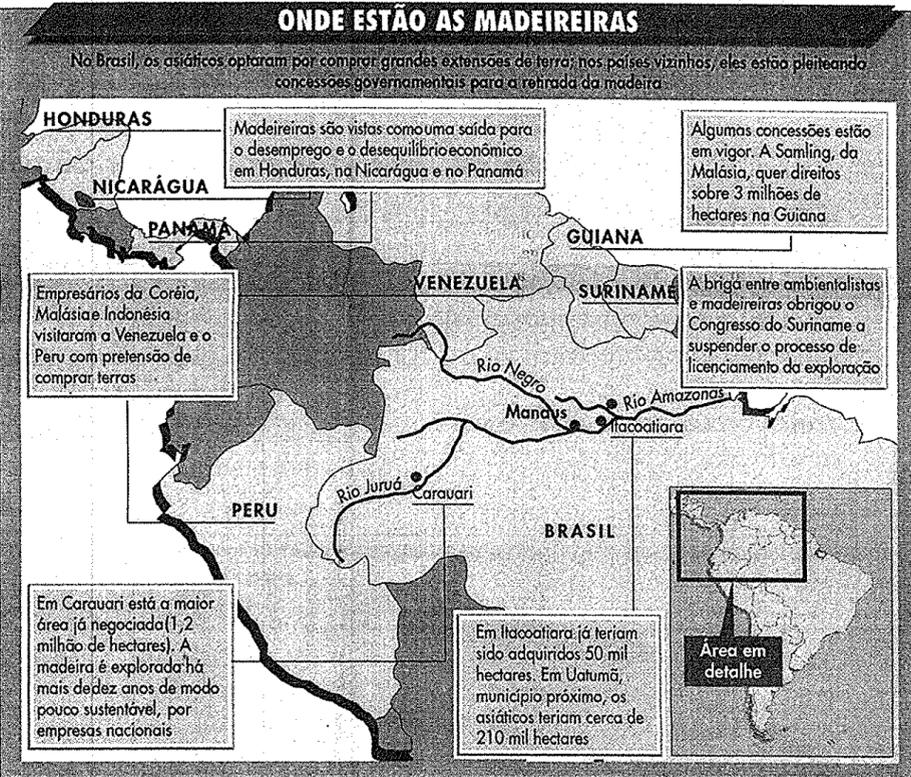
**Protesto** — Entidades ambientalistas internacionais, lideradas pela Conservation International, protestaram contra essas concessões e, até agora, conseguiram suspender as autorizações do Congresso surinamês. Segundo o relatório conjunto com o WRI, além da perda da biodiversidade, a exploração da madeira em larga escala demandará a construção de novas estradas para o interior do Suriname, induzindo à ocupação e, provavelmente, a conflitos de terra com os atuais ocupantes da região, descendentes de negros escravos, os maroons.

Além disso, as áreas pleiteadas são de relevo acidentado, sujeitas à erosão. Os projetos de exploração, portanto, deveriam ser bem planejados, para garantir sustentabilidade. Mas essa não é a tradição das empresas asiáticas madeireiras, todas elas com um conhecido passado de desrespeito ao ambiente e às leis sociais.

Para Nigel Sizer, do WRI, "a situação no Brasil pode ficar ainda pior, porque as madeireiras estão comprando terras e, como proprietárias, seriam mais difíceis de conter". Sizer explicou que, no Suriname, como na Guiana, as terras continuam sendo do governo e as licenças são somente de exploração, o que facilita um maior controle governamental.



Desmatamento: só na Guiana, 9 milhões de hectares de florestas (duas vezes a área do Rio) foram licenciados para exploração



## Incr e Agricultura divergem sobre lei

**BRASÍLIA** — A aquisição de grandes áreas por empresas estrangeiras ainda é um assunto juridicamente nebuloso. No ano passado, o Congresso Nacional aprovou a emenda constitucional que acabou com a distinção entre empresa estrangeira e nacional. Como a emenda não foi regulamentada até o momento, há dúvidas sobre a sua vigência.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que avalia a titularidade de terras no País, não reconhece a vigência da emenda. "O Incra ainda está considerando a legislação anterior", comentou o assessor da diretoria de Recursos Naturais Renováveis do Ibama, Paulo Pontes. Ele disse que a questão é regulamentada pela Lei nº 5.709 de 1971 e pela Constituição. A consultoria jurídica do Ministério da Agricultura reconhece a vigência da emenda e recomenda que não seja feita distinção entre empresa nacional e estrangeira. (R.S.)

## Ibama quer reduzir oferta de matéria-prima

RAQUEL STENZEL

**BRASÍLIA** — O novo presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Eduardo Martins, tem uma proposta polêmica para reduzir a exploração florestal predatória. Martins, que tomou posse ontem, quer proibir o corte seletivo e o desmatamento nas terras da União e dos Estados. "A exploração florestal em terras públicas deve ser feita apenas com manejo sustentável", disse.

Segundo Eduardo Martins, o objetivo principal desta proposta é reduzir a oferta de madeira. "Reduzindo a oferta da matéria-prima, automaticamente estaremos aumentando a preocupação com a sustentabilidade da atividade extrativista", afirmou. Para ele, o governo não vai conseguir acabar com o desmatamento predatório apenas com a fiscalização. "Temos de mexer na equação econômica, reduzindo o acesso do produtor de madeira à floresta."

Ele acredita que um dos problemas do setor é o baixo custo da madeira no Brasil. "A madeira que circula aqui custa dez vezes menos que a mesma madeira comercializada no Exterior", afirmou, acrescentando que, como o preço é baixo em relação ao valor de exportação, o empresário nacional tende a desperdiçar a matéria-prima (madeira). Para colocar em prática sua proposta, Martins quer o apoio dos Estados. O novo presidente do Ibama também pretende alterar o código florestal, que permite o desmatamento de



Raul Jungmann: "A legislação não permite qualquer distinção"

tando que, como o preço é baixo em relação ao valor de exportação, o empresário nacional tende a desperdiçar a matéria-prima (madeira). Para colocar em prática sua proposta, Martins quer o apoio dos Estados. O novo presidente do Ibama também pretende alterar o código florestal, que permite o desmatamento de

**INSTITUTO PRETENDE PROIBIR CORTE SELETIVO**

até 50% da cobertura florestal de áreas na Amazônia. "Em vez do percentual, devemos estabelecer uma regra de uso", disse.

**Madeireiras** — A Receita Federal é a principal arma que o novo presidente do Ibama tem para coibir uma ação desenfreada das madeireiras asiáticas no País. Ele quer acionar o fisco para evitar que essas empresas, interessadas em explorar madeira no Brasil, adotem o mesmo tipo de procedimento verificado em outros

países. "Vamos fazer um exame detalhado das condições fiscais dos empreendimentos", anunciou. Ele não descarta a hipótese de ser cobrada uma taxa especial dessas empresas.

O ex-presidente do Ibama e atual ministro extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungmann, confirmou que empresas asiáticas estão interessadas na exploração de madeira no Brasil. Ele tem a informação de que quatro madeireiras da Malásia já teriam adquirido entre 800 mil e 1,2 milhão de hectares de terras nos Estados do Pará e Amazonas.

"Essas informações não são precisas, pois os negócios são registrados nos municípios, mas já solicitei um levantamento" explicou. De acordo com suas informações, as áreas foram adquiridas de terceiros, e até o momento as empresas não apresentaram plano de manejo para a exploração da madeira.

**Fiscalização** — De acordo com Jungmann, os planos de manejo que as empresas da Malásia venham a apresentar serão analisadas normalmente, sem qualquer distinção em relação ao tratamento concedido às empresas nacionais. "A legislação não permite qualquer distinção", comentou Jungmann. Ele afirma, no entanto, que devido ao porte dessas empresas, o Ibama vai estar muito alerta, reforçando a fiscalização.